

# As eleições e os rumos da política econômica

FOLHA DE SÃO PAULO

DAGOBERTO ANTÔNIO REDOSCHI

Ass. Constituinte

A eleição em conjunto dos governadores dos Estados e dos representantes junto ao poder legislativo federal que terão a incumbência de elaborar a nova carta magna representa um grande mal para o país.

As campanhas dos candidatos a governador têm ocupado a maior parcela de tempo disponível nos veículos de comunicação, relegando para segundo plano a discussão em torno da estrutura e forma da nova Constituição.

A população não está se apercebendo da importância do momento que a nação vive, na medida em que está escolhendo e delegando poder aos futuros deputados federais e senadores para elaborarem o documento que norteará os direitos de cada cidadão.

O exemplo das sociedades capitalistas ocidentais comprova que suas Constituições se caracterizam por serem um documento simples, objetivo que consegue os princípios básicos de defesa da livre iniciativa, da liberdade de informação, da opção a qualquer culto religioso, do direito a propriedade e de locomoção.

Além de não se discutir a forma e o conteúdo da carta constitucional, verifica-se, atualmente, a feitura de promessas e a criação de expectativas no sentido de que a constituinte vá resolver todos os problemas decorrentes do nosso subdesenvolvimento, desde a reforma agrária até o endividamento externo.

Monta-se um cenário segundo o

qual todas as dificuldades do país serão solucionadas, esquecendo-se por má fé ou ignorância de esclarecer que a Constituição é um documento e como tal não gera por si só produto ou riqueza, ou seja, é um conjunto de papéis que aceita qualquer coisa que se tencione escrever.

Ademais dessa falsa idéia que é "vendida" para o público, registra-se a tendência que se nota no conteúdo da nova carta.

Certamente, haverá nas eleições de novembro um avanço dos representantes da esquerda, quer através dos seus próprios partidos socialistas ou comunistas ou incrustados no maior partido (PMDB).

Pode-se argumentar que o PMDB se caracteriza por constituir uma frente ampla e neste caso agrupar muitos representantes tidos como "conservadores".

Sem embargo, essa assertiva é verdadeira, entretanto, o controle pelo partido da maior bancada no Congresso e do poder executivo na maioria dos Estados, inclusive dos mais importantes, propiciará condições para a implementação de medidas de política econômica idealizadas pelos "economistas e cientistas sociais" do PMDB.

O núcleo central do pensamento se localiza na Unicamp e a simples feitura dos livros ou artigos publicados por outros que, inclusive, ocupam elevados postos no governo federal e estadual, permite antever que os princípios básicos que deverão orientar a política econômica e constar da

nova Constituição se caracterizam por:

- defesa da estatização;  
- ampliação das áreas consideradas como "reserva de mercado";  
- renegociação política da dívida externa;

- restrições ao capital estrangeiro. Corresponde a um ideário que contraria o pensamento liberal e conduzirá ao agravamento das dificuldades econômicas do país na medida em que:

a) — é imperiosa a redução da participação do Estado, redistribuindo-se algumas atividades entre o governo federal, Estados e municípios, eliminando-se e privatizando-se as demais.

Enquanto existirem "déficits" orçamentários elevados e o governo federal insistir em resolvê-los pela via do aumento da arrecadação, não há "Plano Cruzado" que salve o país da derrocada econômica.

b) — pode-se admitir a reserva de mercado de forma restrita e em defesa da indústria nacional incipiente, durante curto período de tempo.

O que não se pode e não se deve é proteger o produtor nacional ineficiente e simples copiator da tecnologia estrangeira com transferência para a sociedade dos custos adicionais da produção e limitando o acesso do público às novas tecnologias, atrasando o desenvolvimento educacional.

c) — o Brasil se constitui na oitava economia do mundo devendo, portanto, buscar maior integração com as

correntes comerciais e de capitais internacionais.

Portanto, deve partir para uma negociação da dívida externa com ou sem FMI, pois o importante é se preocupar em eliminar ou reduzir ao máximo as comissões e taxas que são pagas aos bancos no exterior ou no país (resolução 63) a título de: "spread", "Fees", comissões de agente e de repasse, acima dos juros da "prime" ou da "Libor".

O momento é de deixar de lado "as bravatas" e negociar enquanto existem reservas ou se registra "superávit" na balança comercial.

d) — é ilusório, irreal e comportamento típico do socialismo subdesenvolvido se voltar contra o capital estrangeiro. O Brasil necessita de tecnologia e de investimentos provenientes do exterior.

Requer-se uma atitude prática, competente e responsável em relação aos investimentos externos, priorizando-se algumas áreas e incentivando a sua atuação desde que contribua para reduzir gastos com importação ou que gere divisas com futuras exportações.

As próximas eleições são decisivas no sentido de que duas correntes de pensamento econômico vão se degladiar, e o triunfo de qualquer delas por força do respaldo político e partidário que obtiverem irá determinar os novos rumos da economia.

DAGOBERTO ANTÔNIO REDOSCHI, 45, é economista, mestre em Administração de Empresas e professor na Fundação Getúlio Vargas (SP).